

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 004/2025



PREFEITURA DE
CAMPOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Pq. Santo Amaro, Telefones nº (22) 98175-2073/ 98175-0911, através da **Fundação Municipal de Saúde**, realizará **Dispensa de Licitação Eletrônica**, autorizada através do processo administrativo nº 2025.099.000090-8-PR, **RESTRITA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA, SEDIADAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**, cujo **Termo de Dispensa Eletrônica recebeu o nº 004/2025**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2. A presente Dispensa de Licitação Eletrônica reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Municipal nº 8.768/2017, pelo Decreto Municipal nº 125/2023, pelo Decreto Municipal nº 173/2024 e demais normas que regem a matéria, bem como pelas disposições deste Termo e seus Anexos.

1.3. Integra este Termo de Dispensa Eletrônica, independente de transcrição:

1.3.1 - Anexo I - Termo de Referência.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto desta Dispensa de Licitação Eletrônica é a **contratação de empresa especializada para prestação do serviço de manutenção corretiva dos equipamentos de combate a incêndio, incluindo recarga, testes hidrostáticos, pintura e substituição de peças e acessórios, pertencentes à Fundação Municipal de Saúde**, conforme descrição, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo e seus anexos.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Dispensa qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto deste Termo, **com sede no Município de Campos dos Goytacazes**, conforme art. 6º, I, do Decreto Municipal nº 173/2024, previamente credenciadas como fornecedores na plataforma LICITANET (www.licitanet.com.br).

3.2. O Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica, na íntegra, está disponível no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (www.campos.rj.gov.br) e na plataforma LICITANET (www.licitanet.com.br).

3.3. A abertura da disputa de preços dar-se-á às 8h (oito horas) do dia 9 de fevereiro de 2026, com encerramento para negociação às 14h (quatorze horas) do mesmo dia para o julgamento da proposta mais vantajosa.

3.4. Os fornecedores que se enquadrarem como microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, deverão assinalar, **em campo próprio da Plataforma LICITANET**, a Declaração de ME/EPP, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1- A participação dos interessados, no dia e hora fixados para a abertura da sessão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do fornecedor exclusivamente por meio eletrônico.

4.2- Os fornecedores poderão cadastrar suas propostas até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio da plataforma LICITANET.

4.3 - O prazo de validade da proposta será de 60 dias.

4.4- É facultado em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução da Dispensa de Licitação Eletrônica, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos fornecedores.

5. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.1- As propostas cadastradas pelos fornecedores no LICITANET, de acordo com as especificações e exigências legais desta Dispensa, serão classificadas conforme o preço ofertado, sendo considerado o vencedor o fornecedor que apresentar o **menor preço por lote**.

5.1.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 1,00 (um real) para o lote**.

5.2- Encerrado o procedimento de envio de lances, o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

5.3- Definida a proposta vencedora, o Agente de Contratação deverá solicitar, por meio da plataforma eletrônica, o envio da proposta, adequada ao último lance ofertado pelo vencedor, e, se necessário, de documentos complementares, a fim de proceder à contratação.

5.4- Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1. conter vícios insanáveis;

5.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo ou em seus anexos;

5.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo

definido para a contratação;

5.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Termo ou seus anexos, desde que insanável.

5.5- O não atendimento dos requisitos para participação ensejará a desclassificação da proposta no sistema e o impedimento automático da participação na disputa.

5.6- Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Termo.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1- O FORNECEDOR CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR DEVERÁ ENCAMINHAR, NO PRAZO DE NO MÁXIMO 02 (DUAS) HORAS, A CONTAR DA SOLICITAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

6.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do Fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação nesta Dispensa ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

6.2.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

6.2.2 -A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

6.2.3 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

6.2.4 -A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

6.2.5 -Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o Fornecedor inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. - HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.3.1.- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

6.3.2.- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.3.3.- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.3.4.- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.3.5.- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

6.4- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

6.4.1.- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.4.2.- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

6.4.3 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do Fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.4.4.- Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Fornecedor;

6.4.5.- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6.4.6.- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

6.4.7.- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da Fornecedor em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as

sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

6.4.8- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

6.4.9- Os documentos relacionados no subitem 6.4 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Termo,

6.4.10- As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e Cooperativas Equiparadas deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.4.10.1 – No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Agente de Contratação.

6.4.10.2 – A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os Fornecedores remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7. SUBSTITUIÇÃO DO TERMO DE CONTRATO

7.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será emitida Nota de Empenho em substituição ao Termo de Contrato nos termos do Art. 95 inciso I da Lei nº 14.133/2021;

7.2. A Nota de Empenho será encaminhada para o endereço de e-mail informado pelo fornecedor, juntamente com a Ordem de Serviço, sendo necessário o seu aceite expresso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência;

7.3. O Aceite da Nota de Empenho emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no aviso de dispensa de licitação, no Termo de Referência e seus anexos;

- Na hipótese de a descrição do objeto indicado na Nota de Empenho não contemplar de forma plena o detalhamento do objeto, prevalecerá aquela expressa no Termo de Referência;
- A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão (Art. 90, §5º da Lei nº 14.133/2021).

7.4. O prazo para a execução do objeto é de 30 (trinta) dias, conforme estabelecido no **subitem 10.3** do Termo de Referência.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 – Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

8.1.1 Ocorrendo o descrito no subitem anterior, o Agente de Contratação procederá a nova negociação com o participante que se encontrar na sequência.

8.2- Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração através da plataforma LICITANET.

8.3 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.4 - As normas disciplinadoras deste Termo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.5 - Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

Campos dos Goytacazes, 23 de janeiro de 2026.

Rosemarie Pessanha Gomes Viana
Equipe de Apoio

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência, elaborado em acordo com as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021, que visa estabelecer os requisitos básicos norteadores para a **NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO, INCLUINDO RECARGA, TESTES HIDROSTÁTICOS, PINTURA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS**, quando for o caso, conforme especificado neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando a obrigação da Fundação Municipal de Saúde de garantir a segurança dos servidores e preservar o patrimônio das unidades, o serviço de manutenção aqui descrito é essencial, pois objetiva manter os equipamentos em perfeito estado de utilização, aptos a serem usados no combate ao princípio de incêndio, de maneira eficaz e segura.

2.2. Assim, há a necessidade de os extintores de incêndio estarem sempre em perfeitas condições de funcionamento, o que exige manutenção ordinária anual e extraordinária quando de avarias a qualquer tempo, além das recargas, inspeções e testes hidrostáticos periódicos.

2.3. Por fim, considerando que a estrutura da Fundação Municipal de Saúde que não dispõe de servidores com perfil profissional suficiente à realização do referido serviço, faz-se necessária tal contratação pois o prazo para recarga de extintores é de 12 meses conforme a etiqueta fixada no corpo do extintor, o teste hidrostático deve ser realizado a cada cinco anos ou menor intervalo se o mesmo sofrer impacto mecânico ou térmico de grande intensidade.

3. DA ESPECIFICAÇÃO/QUANTIDADE DO OBJETO

LOTE ÚNICO			
Exclusivo e restrito (art. 6, I, Decreto Municipal nº 173/24)			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.
1	SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTOR DE ÁGUA 10 LITROS	UNID.	65
2	SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTOR DE CO2 4KG	UNID.	17
3	SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTOR DE CO2 6KG	UNID.	100
4	SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTOR DE CO2 25KG	UNID.	2
5	SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTOR PQS 06 KG	UNID.	48
6	SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTOR DE PQS 8KG	UNID.	2
7	SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTOR PQS 12 KG	UNID.	2
8	SERVIÇO DE TESTE HIDROSTATICO EM EXTINTOR DE ÁGUA 10 LITROS	UNID.	15
9	SERVIÇO DE TESTE HIDROSTATICO EM EXTINTOR DE CO2 04 KG	UNID.	5
10	SERVIÇO DE TESTE HIDROSTATICO EM EXTINTOR CO2 6KG	UNID.	30
11	SERVIÇO DE TESTE HIDROSTATICO EM EXTINTOR DE CO2 25 KG	UNID.	1
12	SERVIÇO DE TESTE HIDROSTATICO EM EXTINTOR DE PQS 6KG	UNID.	12
13	SERVIÇO DE TESTE HIDROSTATICO EM EXTINTOR PQS 08 KG	UNID.	1
14	SERVIÇO DE TESTE HIDROSTATICO EM EXTINTOR PQS 12 KG	UNID.	1

Descritivo do quadro, definido conforme Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº 8768/2017 e Decreto Municipal nº 173, de 03 de julho de 2024. (Lote exclusivo restrito às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais com sede no Município de Campos dos Goytacazes).

4. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

LOTE UNICO	ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO
01	01	- Extintores de água – 10L: 65 recargas e 15 testes hidrostáticos;
	02	- Extintores de Co2 – 4Kg: 17 recargas e 05 testes hidrostáticos
	03	- Extintores de Co2 – 6Kg: 100 recargas e 30 testes hidrostáticos,
	04	- Extintores de Co2 – 25Kg: 02 recargas e 01 testes hidrostático;
	05	- Extintores de PQS – 6Kg: 48 recargas, 12 testes hidrostático;
	06	- Extintores de PQS – 8Kg: 02 recargas e 01 testes hidrostático;
	07	- Extintores de PQS – 12Kg: 02 recargas e 01 testes hidrostático.

4.1. Detalhamento da localização dos respectivos extintores.

HOSPITAL GERAL DE GUARUS		
TIPO	RECARGA	TESTE HIDROSTÁTICO
Água (10L)	18	00
CO2 (4Kg)	16	05
CO2 (6Kg)	26	03
Co2 25Kg	01	00
PQS 6Kg	26	03
PQS 8Kg	02	01
PQS 12 Kg	02	01
UPH - TRAVESSÃO		
TIPO	RECARGA	TESTE HIDROSTÁTICO
Água (10L)	05	00
CO2 (6Kg)	05	02
UPH - SANTO EDUARDO		
TIPO	RECARGA	TESTE HIDROSTÁTICO
Água (10L)	01	00
CO2 (6Kg)	04	01
Pó Químico (6Kg)	03	01
CLÍNICA DA CRIANÇA		
TIPO	RECARGA	TESTE HIDROSTÁTICO
Água (10L)	02	02
CO2 (6Kg)	06	03
Pó Químico (6Kg)	03	02
UPH - CENTRAL (SALDANHA MARINHO)		
TIPO	RECARGA	TESTE HIDROSTÁTICO
Água (10L)	03	03
CO2 (6Kg)	02	01
Pó Químico (6Kg)	01	01
UPH - URURAI		
TIPO	RECARGA	TESTE HIDROSTÁTICO
Água (10L)	03	03
Pó Químico (6Kg)	03	01
HOSTIPAL SÃO JOSÉ		
TIPO	RECARGA	TESTE HIDROSTÁTICO
Água (10L)	13	03
CO2 (4Kg)	01	00

CO2 (6Kg)	10	06
Pó Químico (6Kg)	01	01
UPH – FAROL DE SÃO THOMÉ		
TIPO	RECARGA	TESTE HIDROSTÁTICO
Água (10L)	01	01
CO2 (6Kg)	01	01
Pó Químico (6Kg)	01	01
UBS MORRO DO COCO		
TIPO	RECARGA	TESTE HIDROSTÁTICO
Água (10L)	02	02
CO2 (6Kg)	01	01
HOSPITAL FERREIRA MACHADO		
TIPO	RECARGA	TESTE HIDROSTÁTICO
Água (10L)	17	01
CO2 (6Kg)	45	12
Co2 25Kg	01	01
PQS 6Kg	10	02

4.2. Detalhamento do serviço.

4.2.1. A manutenção dos extintores de incêndio deve ser realizada adotando-se os seguintes procedimentos:

4.2.1.1. Deverá ser realizada verificação visual dos componentes externos e pesagem em extintores do tipo CO2 e PQS, com o objetivo de constatar se a perda do agente extintor contido no vasilhame é superior a 10 (dez) por cento da capacidade normal;

4.2.1.2. Deverá realizar desmontagem completa do extintor de incêndio para limpeza de todos os componentes e desobstrução (limpeza interna) dos componentes sujeitos a entupimento;

4.2.1.3. Verificação da necessidade do recipiente ou cilindro de extintor de incêndio ser submetido ao ensaio hidrostático;

4.2.1.4. Inspeção visual das rosas dos componentes removíveis e verificação dimensional para as rosas cônicas dos cilindros para extintores de incêndio com carga de dióxido de carbono (CO2) e cilindros para gases expelentes (ampolas);

4.2.1.5. Inspeção das partes internas, utilizando o dispositivo de iluminação interna e externas, quanto à existência de danos ou corrosão;

4.2.1.6. Repintura conforme padrão e colocação do quadro de instruções, quando necessário;

4.2.1.7. Substituição do quadro de instruções, conforme adequado ao tipo e modelo do extintor de incêndio;

4.2.1.8. Montagem do extintor de incêndio com os componentes compatíveis previamente verificados e aprovados, ou com componentes substituídos novos que atendam às normas, requisitos técnicos e Portarias do INMETRO aplicáveis;

4.2.1.9. Execução de recarga e pressurização do extintor de incêndio;

4.2.1.10. Substituição da carga nominal do agente extintor e expelente;

4.2.1.11. Realização do ensaio de vazamento do extintor de incêndio;

4.2.1.12. Colocação da trava e lacre, com a identificação do executor;

4.2.1.13. Fixação do Selo de Identificação da Conformidade;

4.2.1.14. Fixação da etiqueta autoadesiva contendo declaração e condições da garantia.

4.2.1.15. A manutenção consistirá ainda, na revisão total dos extintores, incluindo execução de ensaios hidrostáticos, a ser executada em alguns componentes dos extintores de incêndio, sujeito à pressão permanente ou momentânea, utilizando-se, normalmente, a água como fluido;

4.2.1.16. Não será continuada a manutenção se algum dos extintores for reprovado no ensaio hidrostático;

4.2.1.17. Os extintores reprovados no ensaio hidrostático serão devolvidos no almoxarifado de suprimentos da FMS, conjuntamente com laudo assinado pelo engenheiro de segurança, responsável técnico da empresa contratada, informando os detalhes técnicos da reprovação.

4.2.1.18. No Relatório de Manutenção deve conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação do cliente (nome ou razão social); identificação do recipiente/cilindro (norma, número de série e carga nominal do agente extintor); marca e ano de fabricação do recipiente/extintor e do último ensaio hidrostático, quando houver; discriminação dos componentes novos que substituíram outros reprovados, quando aplicável; assinatura do responsável operacional; número do Selo de Identificação da Conformidade, individualizado para cada extintor;

4.2.1.19. O serviço de manutenção corretiva deverá ser executado de modo a não comprometer a segurança do prédio e seu controle de acesso;

4.2.1.20. Todo o material de consumo, ferramentas, peças e equipamentos necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada;

4.2.1.21. A manutenção corretiva deverá ser prestada por empresa credenciada pelo INMETRO, com pessoal especializado, com nível de formação e atualização técnica compatível com as exigências do serviço e com a utilização de aparelhagem adequada;

4.2.1.22. A empresa deverá apresentar certificado de capacitação técnica para os serviços de inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio, emitido pelo INMETRO;

4.2.1.23. A Contratada deverá apresentar, ao final da execução de cada manutenção corretiva, Relatório Técnico de Atendimento, com descrição do serviço executado, incluindo o procedimento adotado;

4.2.1.24. Será de responsabilidade da empresa transportar, por sua conta e risco, os equipamentos e componentes, desde que devidamente comprovada a necessidade de deslocamento. Nesses casos, ao retirar os extintores para manutenção, a empresa deverá deixar, em substituição, pelo menos 50% dos extintores com as mesmas características e em perfeitas condições de uso, evitando que as unidades fiquem desguarnecidas de extintores e demais componentes durante o período em que o serviço estiver sendo executado, em quantidade suficiente para cobrir todas as dependências e áreas das Unidades.

4.3. Da retirada/entrega:

4.3.1. A começar do HOSPITAL GERAL DE GUARUS.

4.3.2. E as unidades de atendimento, a saber: HOSPITAL SÃO JOSÉ, UNIDADE PRÉ-HOSPITALAR DE TRAVESSÃO, UNIDADE PRÉ-HOSPITALAR DE URURAI, UNIDADE PRÉ-HOSPITALAR DE SANTO EDUARDO, CLINICA DA CRIANÇA E UNIDADE PRÉ-HOSPITALAR DE SALDANHA MARINHO, UNIDADE PRÉ-HOSPITALAR DE FAROL DE SÃO THOME e também a UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE MORRO DO COCO.

4.3.3. Encerrando no HOSPITAL FERREIRA MACHADO.

4.3.4. Os extintores deverão ser retirados/entregues de 2ª feira a 6ª feira das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 h às 15:00 horas, devendo ser programado junto ao Setor de Segurança do Trabalho da PMCG, através e-mail: segurancadotrabalho.sesmt@campos.rj.gov.br e telefone: (22) 98102-0203 e comunicada com no mínimo (1) uma semana de antecedência, nos endereços conforme o Anexo 1.

5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Além das obrigações resultantes da aplicação Leis nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:

5.1.1. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativos e quantitativos estipulados neste Termo de Referência;

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

5.1.3. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

5.1.4. Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, os serviços e/ou material no qual forem constatadas falha, defeito, incorreção ou qualquer dano, imediatamente em até 24 (vinte e quatro) horas;

5.1.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

- 5.1.6. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao Contratante, inclusive transporte até o local indicado, tributos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ou quaisquer outros resultantes da sua condição de empregadora;
- 5.1.7. Atender de imediato as solicitações quanto às substituições da mão-de-obra desqualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- 5.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham ser vítimas os seus colaboradores em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades;
- 5.1.9. Executar o serviço com observância das especificações técnicas e regulamentação aplicável ao caso, com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela fiscalização, se necessário;
- 5.1.10. Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- 5.1.11. Identificar os profissionais que executarão os serviços nas dependências da FMS através de uniforme e/ou crachá;
- 5.1.12. Não veicular publicidade acerca do objeto contratado, salvo se houver prévia autorização da Superintendência de Gestão e Planejamento da Fundação Municipal de Saúde;
- 5.1.13. Cumprir, além do instituído neste Termo de Referência, as orientações do Gestor do Contrato e as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências das Unidades da Fundação Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes – RJ;
- 5.1.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto;
- 5.1.15. Executar os serviços (movimentação dos extintores e mangueiras) sem prejudicar o funcionamento das atividades normais das Unidades Hospitalares e Pré-Hospitalares pertencente a Fundação Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes;
- 5.1.16. Assumir inteira responsabilidade técnica pelos serviços executados e pelos materiais empregados, nos termos do Código Civil Brasileiro, das normatizações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de outros órgãos normativos.

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 6.1. Além das obrigações resultantes da aplicação Leis nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:
- 6.1.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Termo;
- 6.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e dos termos de sua proposta;
- 6.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.1.4. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 6.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) executados fora da especificação ou com problemas;
- 6.1.6. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, de acordo com os serviços prestados;
- 6.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

7. DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. O fundamento dessa obrigatoriedade encontra-se na Lei 14.133/2021, o artigo 104, inciso III, confere à Administração a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos; e o artigo 117 define que a execução contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais especialmente designados ou por seus substitutos
- 7.2. Ao Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência;
- 7.3. A fiscalização exercida pela contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Referência.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal do serviço prestado pela contratante, em até **30 (trinta) dias** após o recebimento, desde que não haja fator impeditivo por parte da contratada.

8.2. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade, junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante adjudicada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

8.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de **30 (trinta) dias** recomeçará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

8.5. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à Contratada, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

8.6. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A contratação será realizada mediante **DISPENSA ELETRÔNICA, realizada através do sistema eletrônico**, de acordo com o Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 125, de 27 de junho de 2023, e será aferido pelo critério de julgamento de **menor preço por lote** conforme condições deste Termo de Referência.

9.2. Propõe-se o agrupamento dos itens em “**Lote**” considerando a natureza do Serviço a ser adquirido buscando garantir maior eficiência no processo de contratação, e evitar a descontinuidade dos serviços em virtude de impedimentos ou atrasos na aquisição de qualquer um dentre os itens constantes neste Termo, os quais são imprescindíveis para garantia da prestação dos serviços.

10. DA SUBSTITUIÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PELA NOTA DE EMPENHO

10.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será emitida Nota de Empenho em substituição ao Termo de Contrato, tendo em vista que todo o serviço será realizado de forma imediata e integral, não restando obrigações futuras, independente do seu valor (art. 95, I da Lei Federal n. 14.133/2021);

10.2. A Nota de Empenho será encaminhada para o endereço de e-mail informado pelo fornecedor, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após sua emissão, sendo necessário o seu aceite expresso em igual prazo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste termo de referência;

10.3. O aceite da Nota de Empenho emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal 14.133/2021;
- A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no aviso de dispensa de licitação, no Termo de Referência e seus anexos;
- O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias;
- Na hipótese de a descrição do objeto indicado na Nota de Empenho não contemplar de forma plena o detalhamento do objeto, prevalecerá aquela expressa no Termo de Referência;
- A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão, caso tenha. (Art. 90º, §5º da Lei Federal n.º 14.133/2021).

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos deste termo de referência correrão à conta da Categoria Econômica do Orçamento vigente:

- **Programa de Trabalho: 10.122.0095.2388.0000**
- **Natureza das Despesas: 3.3.90.39.17**
- **Fontes de Recursos: 144**

12. DA VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

12.1. Tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei Federal 14.133/2021, vem informar que não será admitida a participação de Consócio na presente licitação, uma vez que o caráter de “bem comum” classificado ao objeto dessa licitação, sendo assim justifica-se a vedação da participação de pessoa jurídica em consórcio, sem afetar a participação de fornecedores do ramo.

13. DO VALOR ESTIMADO:

13.1. O Valor Estimado do presente procedimento licitatório terá caráter sigiloso e só será tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, a fim de resguardar o prosseguimento dos lances e das propostas sem que estes sofram qualquer intervenção a partir do conhecimento dos valores estimados através do Edital. Fundamentação previsão no art. 24, caput da Lei 14.133/2021.

13.2. Conforme explicitado na Lei de Licitações e Contratos, atual Lei 14.133/21, foi permitido que o Orçamento Estimado da Contratação seja definido como sigiloso. Com isso, apesar de saber que a regra nos processos licitatórios é a transparência, é possível a utilização desta previsão desde que justificado os motivos que levaram a tal posicionamento.

13.3. A principal evidente justificativa da Fundação, baseia-se na intervenção que a apresentação precoce do Valor Estimado causaria na licitação, caso esta não optasse pelo sigilo, sendo razoável prever que com conhecimento prévio do Orçamento, os licitantes poderiam tender a organizar conluios e manipular o valor da licitação, ocasionando em prejuízo para a Administração.

13.4. Por oportuno, defende que a opção pelo sigilo do orçamento não é com a intenção de omitir este dado e sim reservar à Administração o preço mais vantajoso, tendo em vista que apesar de sigiloso é realizada por completo a pesquisa de preços, reunindo amostras de fontes de dados públicos, tais como Sites de amplo domínio, atas, além de fornecedores do ramo, com o fito de chegar mais próximo ao valor de mercado, utilizando-se para tanto, o cálculo da Média Saneada-Padrão Análise TCE-RJ.

14. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

14.1. A presente contratação será formalizada sem a celebração de contrato administrativo, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, sendo substituída pela Nota de Empenho, a qual, juntamente com este Termo de Referência e a proposta da contratada, constituirá instrumento hábil e suficiente para a formalização das obrigações entre as partes;

14.2. A contratada deverá garantir a plena execução dos serviços de recarga de extintores de incêndio e realização de testes hidrostáticos, quando couber, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, segurança, conformidade técnica e funcionamento dos equipamentos, em observância às normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas do INMETRO e da ABNT;

14.3. A garantia dos serviços prestados será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de conclusão dos serviços e aceite definitivo pela Administração, período no qual a contratada deverá, sem ônus adicional, corrigir, reparar ou refazer quaisquer serviços que apresentem defeitos, falhas ou desconformidades técnicas;

14.4. A eventual exigência de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 fica dispensada, tendo em vista: o baixo valor da contratação; a natureza comum dos serviços; a execução imediata e pontual do objeto; e a formalização da contratação por meio de Nota de Empenho, sem prejuízo da responsabilização integral da contratada;

14.5. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções administrativas cabíveis, previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como à obrigação de ressarcir eventuais prejuízos causados à Administração.

15. DAS PENALIDADES:

15.1. O descumprimento das obrigações assumidas em razão desta licitação e das obrigações contratuais sujeitará a(s) licitante(s) adjudicatária(s), garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

15.1.1. Advertência;

15.1.2. Pelo atraso injustificado na entrega do item objeto da licitação, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a entrega do item, ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações requeridas;

15.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

15.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

15.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;

15.1.6. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, também ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

15.2. As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

16. DO FORO:

16.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de **Campos dos Goytacazes/RJ**.

Campos dos Goytacazes, 02 de outubro de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Órgão: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE - HOSPITAL FERREIRA MACHADO

Setor: DIREÇÃO DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS

Responsável: VICTOR MACHADO DE OLIVEIRA

Identificação: 2025.099.000028-5-PC



Anexo I

Endereço das unidades para prestação de serviços.

Endereços
Hospital Ferreira Machado Endereço: Rua Rocha Leão nº 02 – Caju
Hospital Geral de Guarus Endereço: Avenida Senador José Carlos Pereira Pinto, 400 - Calabouço
Hospital de São José Endereço: Estrada do Açúcar – s/nº - Goytacazes
Unidade Pré-Hospitalar de Travessão Endereço: Rua Antônio Luiz Silveira nº. 510/512 – Travessão
Unidade Pré-Hospitalar de Santo Eduardo (Hospital João da Cruz Lubanco) Endereço: Rua 13 de outubro – Santo Eduardo
CLINICA DA CRIANÇA Endereço: Rua André Luiz nº 111 – Jardim Carioca
Unidade Pré-Hospitalar de Farol de São Thomé Endereço: Rua: São José, s/ nº - Farol de São Tomé
Unidade Pré-Hospitalar Saldanha Marinho Endereço: Rua Saldanha Marinho n º 59 - Centro
Unidade Pré-Hospitalar de Ururai Rua João Irineu da Cruz, nº. 15 – Ururai
Unidade Básica de Saúde de Morro do Côco Rua Nilo Peçanha, s/n - Morro do Côco
Hemocentro Regional de Campos dos Goytacazes Rua Rocha Leão, 02, Caju – anexo ao Hospital Ferreira Machado

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 004/2025
RESTRITA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MEI, ME, EPP E COOPERATIVA
EQUIPARADA, SEDIADAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Agente de Contratação da Fundação Municipal de Saúde, “*in fine*”, com fulcro na Lei Federal n.º 14.133/2021 e nos Decretos Municipais n.º 125/2023 e 173/2024, no uso de suas atribuições, torna público e comunica aos interessados que fará realizar a **Dispensa de Licitação Eletrônica n.º 004/2025**, restrita para a participação de microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa equiparada, sediadas em Campos dos Goytacazes, conforme discriminado abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de manutenção corretiva dos equipamentos de combate a incêndio, incluindo recarga, testes hidrostáticos, pintura e substituição de peças e acessórios, pertencentes à Fundação Municipal de Saúde.

Início da Sessão: às 08h do dia 9 de fevereiro de 2026.

Local: www.licitanet.com.br.

O Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica, na íntegra, está disponível para download no site supramencionado, bem como através do site <http://licitacao.campos.rj.gov.br>.

Campos dos Goytacazes, 04 de fevereiro de 2026.

Guilherme de Lourdes Rodrigues
Agente de Contratação